# PARTICIPACÇÃO

Bloco de Esquerda

nº22 | Jan/Fevereiro 2010 | Boletim sobre os temas do trabalho

NESTA EDIÇÃO – Crise económica e social : : Aumentos salariais : : Concertação social

## JUSTIÇA SOCIAL

# > PORQUE PRECISAMOS DE AUMENTOS SALARIAIS

Num momento em que as discussões sobre as negociações salariais se aproximam, o patronato e os seus economistas apressam-se a anunciar o mesmo dos últimos anos: os salários não podem crescer. A conclusão é sempre a mesma, mas desta vez, os argumentos são um pouco diferentes devido à profunda crise que vivemos. Devemos estar por isso preparados para uma discussão dura, complexa, mas em que não nos devemos levar pelas aparências e ir ao fundo da discussão, não nos furtando a nenhum dos argumentos apresentados.

Estando nós num período de deflação, em que a generalidade dos preços cai, dizem-nos os patrões que aumentos salariais conduziriam ao crescimento insustentável dos seus custos. O resultado seria a falência de mais empresas e consequente aumento do já elevado desemprego. Os interesses dos trabalhadores com emprego e dos desempregados seriam assim divergentes. Nada mais falso. Num contexto de deflação, cujo último episódio se situou durante a Grande Depressão de 1929, sabemos hoje qual deve ser a resposta para ultrapassar a crise económica. Face à contracção da actividade económica, só um aumento da procura agregada nos pode libertar do círculo vicioso descendente que um período de deflação comporta: descida dos preços, adiamento das decisões de consumo e investimento, redução da procura, contracção da actividade económica, nova redução dos preços... Ora, se o, agora famoso, investimento público é aqui essencial, o consumo das famílias não pode ser descurado. Com aumentos salariais reais, sobretudo nos rendimentos mais baixos, onde a proporção do rendimento dedicada ao consumo é maior, as empresas beneficiarão de maior procura pelos seus produtos. Acresce ainda que, se tivermos em conta que são os agregados familiares com rendimentos mais baixos os que dedicam uma maior parte do seu rendimento a bens essenciais produzidos por pequenas e médias empresas – bens alimentares ou vestuário, por exemplo– sabemos que estaremos a apoiar os sectores da economia onde se concentra o emprego em Portugal.

Face aos nossos pertinentes argumentos, o patronato contra-atacará com os argumentos de sempre. A economia nacional é demasiado pequena e aberta (a proporção das importações e exportações é bastante grande no produto interno) e que os salários não poderiam aumentar, sob o risco de perdermos competitividade nos mercados internacionais. Este raciocínio parte do errado pressuposto de que a taxa de inflação é determinada pelos aumentos salariais. Estes últimos são certamente uma variável, mas dentro de outras importantes determinantes, como, por exemplo, as variações do preço do petróleo.

**Se olharmos para a evolução dos custos unitários de trabalho reais – medida que nos dá conta dos custos de trabalho na produção nacional - vemos que estes, nos últimos anos, estão abaixo dos verificados em 2000, ainda que em termos nominais (sem que a inflação seja descontada) eles tenham crescido.**

O que esta diferença nos mostra é que, desde então, a repartição do rendimento entre capital e trabalho foi

Com aumentos salariais reais, sobretudo nos rendimentos mais baixos, onde a proporção do rendimento dedicada ao consumo é maior, as empresas beneficiarão de maior procura pelos seus produtos.

favorável ao primeiro, sinónimo do aumento da desigualdade entre trabalhadores e patrões. Não existe qualquer incentivo à promoção de economia mais capaz com uma mão-de-obra mais qualificada por parte da maioria dos patrões portugueses. É urgente inverter esta trajectória.

De facto, Portugal perdeu competitividade externa nos últimos anos, mas tal não se deve às reivindicações dos trabalhadores, mas a uma integração europeia na moeda única, o euro, sem regras, nem coordenação ao nível europeu. A entrada do nosso país fez-se através de sobreapreciação da nossa moeda face aos nosso parceiros comerciais. Tal reflectiu-se na contínua perda de competitividade nos mercados externos da nossa indústria. O capital nacional optou por uma estratégia de captura de sectores fora da concorrência nacional (telecomunicações, transportes, saúde, etc) contando com o apoio do Estado e a incapacidade deste em desenvolver qualquer tipo de política industrial de reconversão do nosso aparelho produtivo. O resultado foi o contínuo encerramento das empresas menos competitivas externamente em sectores como o têxtil ou o calçado com o consequente aumento do desemprego. Foram os trabalhadores e não o capital as vítimas da estagnação económica desta década.

**Esta trajectória foi acentuada pela falta de coordenação das políticas europeias na zona euro. Os países da zona euro têm a mesma política monetária, mas diferentes realidades económicas.**

Com taxas de inflação diferentes em cada país, estando o nosso país acima da média europeia, a nossa economia foi sendo condenada à progressiva degradação da sua posição no quadro europeu. Sem um orçamento europeu digno desse nome que sirva de compensação e um pacto de estabilidade europeu que limita o papel de cada Estado nacional, a luta por melhores salários deve ser tomada ao nível europeu, articulada com outras reivindicações para uma nova política económica europeia. Ao nível nacional, esta luta deve ser tomada, exigindo simultaneamente uma política industrial digna desse nome, em que o Estado se sirva dos instrumentos que detém para promover a requalificação do tecido industrial nacional. A reinvindicação das nacionalizações no sector energético são aqui fulcrais para a prossecução deste objectivo. Em suma, a luta por melhores salários não deve ser um fim em si mesmo, mas um meio que, articulado com outras reivindicações, apresente uma proposta alternativa de organização da economia.

Finalmente, o movimento social deve focar a luta por aumentos junto dos trabalhadores com menores salários. A luta por melhores salários deve ter em conta a brutal desigualdade salarial. Os aumentos do salário mínimo e a sua elevação aos padrões similar dos países europeus com níveis de desenvolvimento similares ao nosso, devem ser prioritários não só pelos motivos acima enunciados, mas também porque este é um grande instrumento de dignificação do trabalho e luta contra a pobreza. Só assim teremos uma sociedade mais justa, solidária e moderna.

**NUNO TELES**
**ECONOMISTA**

## DIREITOS DO TRABALHO

# > CONCERTAÇÃO SOCIAL: A QUEM SERVE?

**1. A concertação social, órgão tripartido, tal como hoje a conhecemos, foi criada em Maio de 1984, transferindo para o nível macro as negociações colectivas.**

A transferência para o nível macro da negociação teve como claro objectivo esvaziar a negociação colectiva, o diálogo social e limitar a capacidade reivindicativa e de luta dos trabalhadores.

Ao nível da União Europeia a estratégica dos governos e do patronato estava já em alteração, face à ofensiva neoliberal contra o mundo do trabalho, transnacionalmente e ao nível dos Estados-nacionais, com alterações ao nível organizacional das empresas para formas flexíveis de produção, com segmentação e/ou estratificação dos trabalhadores, a individualização das relações laborais e um ataque às organizações colectivas dos trabalhadores.

Ao nível europeu a estratégia estava a transferir-se do nível macro para o micro, ao nível da empresa, aprofundando a estratificação do trabalho e o ataque ao diálogo social e aos sindicatos.

Em 1 de Janeiro de 1986 dá-se a adesão de Portugal à União Europeia e em Outubro de 87 o PSD de Cavaco e Silva conquista nas eleições legislativas a maioria absoluta e coloca em prática as politicas neoliberais de "Menos Estado Melhor Estado" com um programa vasto de privatizações, de desregulamentação laboral, liberalização dos despedimentos colectivos, desenvolvimento de uma cultura da individualização laboral e social.

Refira-se como relevante que ainda em 1986 é aprovado o acordo social na Lisnave que prevê a redução de postos de trabalho e a contratação de subempreiteiros. A UGT ganha a maioria da Comissão de trabalhadores, que renova por oito anos (1986-94).

É neste quadro que a CGTP-IN adere à concertação social em 1987, que se "limita" a regular os aumentos salariais, da política de rendimentos e preços, passando pela legitimação das políticas de liberalização económica.

A afirmação institucional da CGTP-IN confronta-se por um lado com uma UGT (que nasce da vontade e o entendimento político do PS, PSD e CDS) submissa aos caminhos de liberalização económica e laboral de sucessivos governos dando portanto a sua assinatura aos sucessivos Acordos de Concertação Social.

Com uma feroz repressão governamental e patronal e a debilidade e dificuldades dos sindicatos, o governo Cavaquista pretende impor a nível macro a redução e flexibilização do horário de trabalho, de 40 horas semanais em 1995, podendo por negociação colectiva essa flexibilização em média ser fixada por um período diferente. Em 1991 o legislador reduziu o horário de trabalho de 45 horas para 44 horas semanais, permitindo a flexibilização dos horários. Os sindicatos da CGTP e alguns da UGT recusaram reduzir os horários com flexibilidade e tentaram acordar com o patronato a redução sem flexibilização, o que foi recusado.

Em 1993/4 segundo o ministério do trabalho apenas 31,4% dos trabalhadores do sector privado trabalhavam 40 horas semanais ou menos, situação que se manteve até 1995.

Duas greves gerais estão no centro da luta contra o «pacote laboral». O atraso do País é marcado por um modelo de desenvolvimento conservador e retrógrado.

**O ano de 1994 foi um ano marcante para a derrota do cavaquismo, a revolta da ponte, o movimento estudantil, a luta na Marinha Grande dos trabalhadores da Manuel Pereira Roldão, dura e violentamente reprimidos na sua luta pelo direito ao trabalho.**

Em 1996 o novo governo PS de António Guterres coloca em campo as bandeiras do «diálogo» e do «mercado com consciência social», ao mesmo tempo que perante a impossibilidade de impor «a redução e a flexibilidade do horário de trabalho» por via da contratação colectiva, bem com a polivalência de funções, conta com a oposição frontal da CGTP, impõe-o por via da concertação social, num «bolo» que contempla um vasto campo de medidas que quase constituem um «programa de governo» a que se designou chamar «Acordo de Concertação Estratégica» (1996-99).

A CGTP continua a ser o movimento social mais organizado e com maior capacidade de mobilização, pese as suas limitações de democracia interna e participação, bem como práticas de imposições partidárias, de «correia de transmissão» do PCP que se verificam até aos dias de hoje e que limitam a sua ampla intervenção social e laboral.

As práticas de negociação com «geometria variável» que envolvia os mais empenhados CIP e UGT deram lugar a «pactos sociais» subscritos pelos mesmos, mais o governo.

A luta dos trabalhadores e o facto de o Parlamento ter um governo minoritário do PS não permitiu concretizar todo o «pacote», pois o parlamento e bem, não permitiu a subjugação do poder legislativo aos acordos de concertação social.

O governo PSD/CDS, primeiro com Durão Barroso e depois com Santana Lopes, desde logo, com nova oposição da CGTP e de uma greve geral de âmbito limitado contra o código do Bagão, em 2003 é colocado em prática o «Código de Trabalho» que subverte o direito do trabalho, o direito ao tratamento mais favorável, a livre negociação colectiva e a sua caducidade sem estar garantido um novo contrato, para além de impor a flexibilidade horária, de funções e a mobilidade geográfica.

**2. O governo de Sócrates ao vencer as eleições em 2005, desde logo começa por subjugar completamente o poder legislativo ao poder patronal e à concertação social. É assim que impõe e aprofunda em 2005 a caducidade das convenções colectivas e a «arbitragem obrigatória» em oposição às normas da OIT.**

Impôs um acordo para a «reforma de segurança social» que obriga e imporá que se trabalhe durante mais tempo para além dos 65 anos e a descontarem mais para terem uma reforma muito mais baixa.

E por último, impôs um novo acordo para um novo Código de Trabalho aprofundando a desregulamentação do código de Bagão Félix, sob a égide do ministro Vieira da Silva, onde para além de impor o aprofundamento dos malefícios do código Bagão, liberalizou os despedimentos individuais, atentou contra a livre negociação colectiva e a autonomia das partes e aprofundou os mecanismos de caducidade das convenções colectivas, limitou ainda mais a intervenção dos sindicatos.

A resposta sindical e social foi profundamente limitada, através da realização de uma greve geral perfeitamente prematura e teleguiada pelo PCP, o que limitou a resposta do movimento dos trabalhadores com alguns sinais de debilidade na resposta.

Mais poderosa foi a resposta da luta dos professores ao ataque contra o «estatuto da carreira docente» que dividiu em duas as categorias dos professores e um processo de avaliação profundamente injusto, colocando no terreno 80 mil, 100 mil e 120 mil professores em luta dos 150 mil existentes contra as políticas de educação do governo Sócrates. Situação que agora, num novo quadro de minoria governamental do governo PS, poderá ser ganha pelos professores.

A flexigurança é a resposta do governo Sócrates 1 e 2 que recentemente entrou em funções, anunciando o «Pacto para o Emprego» como a proposta que pretende no campo social e laboral, visa impor a ideologia do capital para o trabalho na era da globalização.

Num País a atravessar uma profunda crise económica, laboral e social, onde as desigualdades sociais e salariais e o empobrecimento se acentua, a exploração, o desemprego e a precariedade atingem níveis inimagináveis, com uma não estratégica de desenvolvimento económico e níveis de corrupção acentuados «nos de cima», o País e uma burguesia subsídio-dependente, estão sem um rumo estratégico, onde são «os de baixo», enquanto não alcançam uma autonomia estratégica, que «pagam» as políticas de combate a uma crise para a qual em nada contribuíram.

**3. À laia de conclusão, a concertação social serviu sempre como a antecâmara dos governos PS ou PSD para limitarem a luta, a livre negociação colectiva, fragilizarem os sindicatos e passarem «por cima» da separação de poderes, entre as competências do poder político e a autonomia negocial dos parceiros sociais, desrespeitando a reserva de competência legislativa da Assembleia da República.**

Afirmar um projecto político da esquerda socialista é rejeitar as práticas políticas do centrão que nos governa, erguer uma alternativa social e laboral que rejeite políticas de «correia de transmissão» dos movimentos sociais e afirme valores e políticas alternativas sociais e laborais de que o movimento dos trabalhadores precisa, para enfrentar a dura luta com que é confrontado.

Nota: Este posicionamento não pretendeu fazer uma história da ofensiva laboral e social desenvolvida, a partir de um instrumento criado pelos governos – a concertação social – mas colocar do ponto de vista do trabalho, a quem serve esta concertação social ?

**JOSÉ CASIMIRO**
**FRANCISCO ALVES**

## EDUCAÇÃO

# > O QUE NOS ESPERAM OS PRÓXIMOS ANOS DE GOVERNAÇÃO?

Quando me solicitaram que escrevesse algumas palavras sobre a situação político-laboral e, sendo eu professora, pensei que o desemprego, sim o desemprego seria o meu mote! Espantem-se, não falarei da avaliação como esperariam. Escolhi o desemprego, porque na área da docência ele aumentou para números exponenciais quando através do Diploma que regula os Concursos, a anterior equipa do ME impediu que a partir deste ano todos os professores sem profissionalização pudessem concorrer.

Muitos de vós pensarão, mas se eles não têm a profissionalização é justo que não possam dar aulas, por princípio. Pois, mas o problema é que estes milhares de docentes, sim milhares, estiveram contratados para a docência e poderão continuar a ser contratados, embora apenas e só em oferta de escola, para horários supervenientes, com salários baixíssimos por isso. Não possuem a referida habilitação porque os seus cursos foram e continuam a ser homologados sem a vertente de profissionalização. A situação que aqui descrevo refere-se sobretudo aos professores de informática e música.

Mas, na docência a situação da precariedade não se fica por aqui: após três anos sem concurso nacional, só entraram em Quadro de Agrupamento 386 professores, oriundos sobretudo do Grupo de docência do Espanhol. Isto aconteceu após os números de aposentações de professores publicamente divulgados a apontarem para que em algumas escolas atingissem os 20 % do seus efectivos. Não querendo explorar o porquê de serem maioritariamente deste grupo, deixo-vos os números para que tirem as vossas leituras: cerca de 15.000 foram contratados para o ano inteiro a 28 de Agosto!

Alguns deles, a não haver novo concurso em breve e este só ocorrer daqui por 4 anos, estarão cerca de 20 anos a trabalhar a contrato, sem direito a uma carreira, a ganharem exactamente o mesmo que o colega que tem mais de um ano de serviço, deslocam-se pelo país, a custo próprio, pagando quartos que alugam, pagam as deslocações, estão longe das suas famílias, sem terem direito sequer a um subsídio que os compense deste esforço.

Representam já, um universo de cerca de 30% da classe docente!

Esta é a luta que todos teremos que assumir na Educação, não poderemos continuar a admitir que as nossas escolas funcionem tendo como base a exploração destes profissionais e das suas famílias!

**DEOLINDA MARTIN, PROFESSORA 1º CEB, DIRIGENTE SINDICAL**

# > UMA SEGUNDA VAGA DA CRISE ECONÓMICA E SOCIAL

Na primeira segunda-feira de Novembro, o CIT Group, uma sociedade financeira especializada em crédito a pequenas e médias empresas, entregou em tribunal a sua declaração de falência. Por esta via, a empresa protegeu-se dos seus credores e procurava renegociar as dívidas. Mas a história não fica por aqui.

Esta é a 5ª maior falência da história dos Estados Unidos, e é mais uma vez o resultado da exposição de uma sociedade financeira ao subprime - o crédito hipotecário de alto risco, cuja impossibilidade de cobrança desencadeou o início do colapso financeiro desde o verão de 2007. O subprime era essencialmente um mecanismo de empréstimos a famílias pobres para comprarem casas caras: o intermediário ganhava uma comissão pelo contrato, mesmo que o empréstimo no futuro não pudesse ser pago, os bancos colocavam o crédito na sua carteira de activos e demonstravam ao mercado de capitais que estavam a crescer, e depois alguém comprava, sob a forma de "derivados", esses pacotes de créditos incobráveis, pagando elevadas comissões e lucros. Tudo funcionava bem até se descobrir que os derivados não valiam nada, e portanto os seus detentores tinham perdido o seu dinheiro. E chegava a hora das falências.

Como é sabido, a crise agravou-se desde esse Verão de 2007, levou à nacionalização de cerca de uma centena de bancos, ao colapso de outros e à perda de activos financeiros que afectaram as poupanças de muitas pessoas, e ainda ao desperdício de gigantescos fundos públicos na protecção do sistema financeiro e dos seus accionistas. A recessão que se seguiu a este colapso ainda perdura na maior parte dos países desenvolvidos, e esta falência, quando os Estados Unidos anunciavam o princípio da retoma, demonstra que ainda existem sociedades financeiras que têm activos tóxicos escondidos nos seus balanços e que, portanto, estão virtualmente falidas.

**Alguns economistas, como os Prémios Nobel Paul Krugman e Joseph Stiglitz, têm denunciado estes riscos e antecipado uma segunda vaga de recessão. A falência do CIT Group parece demonstrar que estes riscos são reais, como a nacionalização do BPN por José Sócrates, que já vai numa despesa de tesouraria de 3500 milhões de euros, comprova que os buracos financeiros não têm fundo.**

Para os trabalhadores, esta situação é particularmente ameaçadora, por duas razões. A primeira é que a recessão tem um efeito cumulativo gravíssimo sobre a vida dos trabalhadores, depois de um longo período de aumento do desemprego estrutural de longo prazo: atingimos 10% de desemprego oficial na Europa, e esse valor continuará a subir rapidamente com as novas vagas de recessão. Na situação de avanço da precarização da relação laboral, de enfraquecimento da organização social e da contratação colectiva, esta ofensiva de desemprego enfraquece a capacidade defensiva dos trabalhadores.

Mas existe ainda uma segunda razão para responder a estes riscos acrescidos. É que o preço do reajustamento será todo pago pelos trabalhadores, como consumidores, como contribuintes e como assalariados, assim que a recessão económica estiver aliviada e voltar o tempo da recessão orçamental. As regras do Pacto de Estabilidade da União Europeia (e do seu Tratado de Lisboa) são um crime contra o trabalho, porque vão criar novas formas de redução do salário real, seja pelo aumento de impostos seja pela destruição de serviços públicos.

Assim, a resposta do movimento operário só pode ser solidária, combativa e socialista: ir ao fundo do problema, que é a justiça na economia, criando formas de mobilização de recursos, de equidade fiscal, de punição da corrupção, de distribuição dos rendimentos, de desenvolvimento de serviços públicos estratégicos, que permitam a defesa das condições de vida dos trabalhadores. O emprego, o salário e a pensão serão os centros dos maiores combates políticos pela democracia, porque a crise se tornou uma ameaça gigantesca contra a vida dos trabalhadores.

A campanha do Bloco de Esquerda contra o desemprego e pela protecção social dos desempregados responde a esta necessidade. Durante os próximos dois anos, será na política orçamental que todas as questões sociais se clarificarão entre o governo Sócrates e a oposição de esquerda. Será também nesse terreno que os movimentos sociais, incluindo os sindicatos, serão chamados à luta.

**FRANCISCO LOUÇÃ**
**DIRIGENTE DO BLOCO DE ESQUERDA**

## QUIMONDA

# > A ASCENSÃO, A QUEDA DA QIMONDA E AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS

Escrever sobre a Qimonda em tão poucas linhas é uma tarefa deveras complicada, que requer algum treino de síntese, pois a grandeza da empresa e a complexidade das situações que foram acontecendo ao longo do tempo, requeriam uma análise mais profunda e detalhada. Efectivamente, da ascensão para a queda da Qimonda no mercado trouxe problemas e consequências muito graves não só para os trabalhadores, mas também para a comunidade vilacondense e sobretudo para o país visto que as exportações resultantes da produção da empresa representavam 5% do PIB nacional (ano 2008).

Analisando a origem da Qimonda, poderíamos antever à partida, dificuldades sérias no que respeita aos movimentos oscilantes do preço dos componentes no mercado cíclico e indexado ao mercado bolsista onde reina o apetite voraz pelo capital e pelo lucro, fruto da actividade de compra e venda de activos financeiros. A empresa foi constituída fruto de dois grandes spinn offs, a Siemens cria a Infineon e esta cria a Qimonda aquando da divisão do portfólio em produtos lógicos (microcontroladores, chips para o sector automóvel, telecomunicações, etc.) e produtos SDRAM, vulgo memórias.

Desde a sua criação, a grande estrutura da Qimonda a nível mundial prosperava em torno de um ideal comum de competitividade em termos de qualidade e de preço com os demais players do continente asiático e norte americanos. Sempre foi premente pensar que esta empresa poderia liderar e dominar o mercado de memórias SDRAM juntamente com a sul coreana Samsung visto a sucessiva escalada em termos performance produtiva junto do mercado e dos seus clientes, que eram grandes e poderosas marcas na electrónica de consumo e tecnologias da informação.

A tendência consumista do mundo cada vez mais globalizado com especial apetência para o consumo de grandes inovações electrónicas fez com que o poderio dessas empresas manifestasse um apelo directo e cada vez maior ao consumo através de campanhas agressivas nas áreas e circuitos comerciais. Essa tendência fez com que disparasse o número de componentes electrónicos fabricados um pouco por todo mundo, levando a uma competitividade feroz e até mortal, como aconteceu no caso do segmento dos semicondutores e mais especificamente no mercado das memórias SDRAM. As empresas asiáticas elevaram o patamar do volume de produção ao ponto de asfixiar os seus concorrentes europeus e norte americanos, que com a corrida às quotas de mercado impostas pela ganância económica tomaram decisões desastrosas do ponto de vista estratégico/operacional, tendo repercussões graves junto dos trabalhadores e das suas famílias e comunidades locais.

No epicentro da guerra pela competitividade máxima traduzida no output dos sites de produção, levou a que fosse cometido um dos principais erros na organização do trabalho, que foi nomeadamente a concentração dos horários de trabalho. Uma decisão que se prendeu com a concorrência interna, devido ao modelo laboral chinês, sem protecção nem respeito pela condição humana enquanto trabalhadores. A conjuntura do mercado imposta pelas forças do capital assim quiseram e assim tiveram, impondo um horário de trabalho desumano nos locais de produção europeus, no nosso caso, em Vila do Conde. Enganem-se os teóricos e os matemáticos; para perfazer uma média semanal de 40 horas de trabalho e trabalhando 12horas ou 8 horas não é a mesma coisa. Mas, o anterior Governo assim o permitiu, e assim teve o aplauso da administração da Qimonda e das organizações patronais, que com esta medida lucraram na teoria e perderam pela prática. Aumentaram os problemas de qualidade através dos erros cometidos pelo cansaço físico e psíquico. Aumentou o turnover imposto pelos despedimentos voluntários por quem não aguentou o estilo de vida assente na rotatividade dos turnos e de quem tinha as competências técnicas e o grande conhecimento do processo produtivo nas linhas de assemblagem

e de teste. Aumentou a precariedade porque os postos de trabalho criados foram recrutados a uma empresa de trabalho temporário. E, apesar de o Governo ter vários testemunhos negativos acerca deste horário desumano, depois de o problema ter sido discutido na Assembleia da Republica com o Primeiro-ministro, não recuou, é bom que se diga. Também é de salientar a falta de estudos médicos sobre este horário em áreas industriais e do seu impacto na saúde dos trabalhadores. Esta alteração do código de trabalho serviu apenas para dar cabo da saúde dos trabalhadores e da sua saúde familiar.

Nenhuma medida de carácter legislativo serviu para travar as perdas financeiras trimestrais e sucessivas e diminuir o passivo que segundo o Sr Loh, o ex CEO da empresa, aquando da última visita a Vila do Conde revelou-o na ordem dos 2 mil milhões de euros e que passivo esse triplicou em meia dúzia de meses anteriores a essa visita. Desenhou-se a falência do Grupo e não havendo apoio monetário do Governo Alemão nem da UE, nem a prometida salvação Europeia encetada pelo administrador de insolvência Alemão Dr Michael Jaffé e sua equipa mediante esforços juntos de investidores. Com a fábrica mãe em Dresden falida, que foi ao mesmo tempo fornecedor de matéria-prima e cliente, a Qimonda Portugal não tem outra saída a não ser ficar insolvente. É o acentuar da agonia para os trabalhadores que se dedicaram e contribuíram em muito ao longo dos anos para o sucesso da empresa. Agonia, é o adjectivo que melhor define o estado de alma dos trabalhadores que têm sido despedidos, que directos ou indirectos foram cerca de 2 mil no espaço de um ano, dos que ainda estão em layoff a receber uma miséria pela compensação retributiva e dos que ainda se encontram a trabalhar na empresa.

Todos sabemos que os processos de insolvência são penosos para a estrutura de uma empresa, logo para os trabalhadores, mas a Qimonda não teve, nem tem necessidade de tratar os trabalhadores através da ocultação de informação. Durante todo o corrente processo de insolvência os trabalhadores quase sempre foram informados em primeiro lugar pela comunicação social do que estava a acontecer. Desde o pedido de insolvência da Qimonda AG, passando pelo pedido de insolvência da Qimonda Portugal, Itarion Solar, despedimentos, medidas de contenção da despesa, número de despedimentos, eventuais possibilidades de negócio, etc. De lembrar que no dia posterior às eleições autárquicas foi-nos dado a conhecer pela comunicação social e por "SMS" a segunda parte da hecatombe de despedimentos, 590 trabalhadores, mas que no final foram "só" 402... Que timing estranho, não acham?

Pois bem, até ao momento não existe nenhum projecto concreto que nos tenha sido dado a conhecer para a Nova Qimonda, nem existe emprego nas áreas tecnológicas na região do Grande Porto. Com o máximo respeito que tenho para com todas as profissões, mas, o nosso país perde muito por cada desempregado da Qimonda que vá trabalhar por exemplo para um centro comercial.

Falta uma estratégia nacional para a indústria tecnológica. O Plano Tecnológico não deve ser somente a distribuição do portátil Magalhães pelos alunos das escolas básicas e dos portáteis pelos alunos do secundário e formandos das Novas Oportunidades. É preciso ir muito mais além sob pena de todo o investimento tecnológico que está a ser feito na comunidade escolar esbarrar com a falta de emprego com qualidade daqui a poucos anos, aquando da saída desses alunos para o mercado de trabalho. A estratégia começa nas politicas e opções de gestão de algumas empresas e acaba na incompetência do Estado e do Governo PS, pois, faz algum sentido da empresa que faz a montagem do portátil Magalhães comprar as memórias na Coreia do Sul enquanto tem uma empresa que produz memórias a 15Km das suas instalações?

**BRUNO MAIA**

## BANCÁRIOS

# > ALTERNATIVA SINDICAL COMBATIVA REFORÇA-SE

O MUDAR (Movimento de Unidade, Democracia e Acção Reivindicativa) realizou em Lisboa, no passado dia 24 de Outubro, o seu X Encontro, no qual participaram três dezenas de delegados, membros de Secretariados Regionais (Tomar, Santarém, Castelo Branco, Setúbal e Faro) bem como membros de Secretariados e Comissões de Trabalhadores dos Bancos: BST, BES, Montepio, SIBS, BBVA e BCP.

Do balanço da actividade desde o IX Encontro, são referidas com destaque:

> a actividade de denúncia das políticas governamentais contrárias aos direitos dos trabalhadores e a solidariedade à grande mobilização dos últimos dois anos que foi a luta dos professores.

> Na acção específica à Banca realçam o debate público sobre a situação financeira e económica da banca e sobre o modelo de gestão e de detenção dos capitais (debates sobre a Nacionalização da Banca), e a grande campanha realizada contra o projecto de alienação parcial dos SAMS (Serviços de Saúde dos Bancários). A posição de vender os serviços aos HPP (Hospitais Privados) era defendida pela direcção do SBSI (PS/PSD). Em referendo à classe essa posição da direcção do SBSI foi derrotada, tendo ganho o Não, posição defendida pelo MUDAR, e que permitiu manter os SAMS e os seus serviços em mãos sindicais.

No Encontro do MUDAR discutiu-se a actual realidade nos bancos que é a de uma cada vez maior desregulação laboral, com acordos de empresa subscritos pelas direcções sindicais, nos quais, cada vez mais são diminuidos os direitos laborais e a protecção face ao poder patronal. Os direitos continuam a ser perdidos, algumas vezes a troco da ilusão de conjunturais tabelas salariais superiores à do ACT, outras vezes as direcções limitam-se a deixar cair os direitos.

Neste contexto, e sem que os trabalhadores desenvolvam qualquer luta organizada e visível no exterior dos bancos, a desmobilização é geral, com excepção de algumas bolsas de resistência. É uma situação fértil para o desenvolvimento de más práticas sindicais que desvirtuam o que ainda resta de sindicalismo, é uma situação que permite o desenvolvimento do oportunismo, do carreirismo e de muitas outras práticas burocráticas, o que leva muitos trabalhadores a alhearem-se dos sindicatos.

O MUDAR e os seus membros têm desenvolvido uma luta clara pela manu-

O MUDAR e os seus membros têm desenvolvido uma luta clara pela manutenção de princípios e ética sindical, e ao colocarmos em primeiro lugar a defesa dos direitos e interesses dos bancários

tenção de princípios e ética sindical, e ao colocarmos em primeiro lugar a defesa dos direitos e interesses dos bancários, continuaremos a desenvolver uma acção reivindicativa permanente, a pugnar pelo funcionamento democrático das organizações dos trabalhadores e pela decisão soberana dos trabalhadores e/ou sócios dos sindicatos nos Plenários e Assembleias Gerais.

O caminho e o método para responder à situação da Banca foi debatido no Encontro do MUDAR e votou-se uma linha de acção sindical centrada nos seguintes aspectos:

> Realização de acções em defesa do emprego com direitos na Banca

> Na discussão do Acordo Colectivo de Trabalho: defesa dos direitos e melhoria de aspectos contratuais (recuperação de direitos perdidos em negociações anteriores)

> Nos SAMS: desenvolvimento de proposta de viabilidade dos Sams sob controlo dos bancários.

> Na luta pela democracia nos sindicatos: travar combate à tentativa da direcção do SBSI de querer impôr regulamentos anti-democráticos que condicionam ainda mais a democracia nas Assembleias Gerais e adulteram os resultados da votação dos bancários para diversos orgãos sindicais (Secretariados Sindicias).

É preciso uma nova direcção sindical para os Bancários, e para tal o X Encontro do MUDAR decidiu desenvolver acções para a construção de uma alternativa eleitoral para os corpos gerentes do SBSI, baseada nos sectores que se mobilizaram pela defesa dos SAMS e ganharam o referendo, e com base nos seguintes pontos programáticos:

> Democracia sindical e Acção reivindicativa

> Defesa da Banca Pública

> Defesa dos SAMS sob controlo dos bancários

> Referendo à filiação na UGT, uma organização que nada tem contribuido para defender os trabalhadores bancários

> Dissolução da FEBASE e construção de Sindicato Único (fusão Norte, Centro e Sul) para todos os bancários portugueses.

A construir-se tal unidade, com base neste programa e método sindical democrático e combativo, os trabalhadores bancários terão a possibilidade de voltar a obter vitórias sindicais.

**JOÃO PASCOAL**

## PETIÇÃO À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# > MOVIMENTOS DE TRABALHADORES PRECÁRIOS LANÇAM PETIÇÃO

Quatro movimentos de trabalhadores precários estão a recolher assinaturas para corrigir a injustiça nas contribuições para a Segurança Social. APRE! (Activistas Precários), FERVE (Fartos/as d'Estes Recibos Verdes), Plataforma dos Intermitentes do Espectáculo e do Audiovisual e Precários Inflexíveis querem que o parlamento discuta uma proposta para responder ao problema da dívida acumulada por trabalhadores a recibos verdes. Para estes movimentos, quando a dívida é cobrada têm que ser aferidas as condições em que foi contraída e, nos casos de falso recibo verde, propõem que "o ónus do pagamento da dívida recaia sobre as entidades empregadoras".

**Os movimentos de trabalhadores precários denunciam a existência de 900 mil falsos recibos verdes como "uma das maiores fraudes sociais do país" e afirmam que esta petição tem como objectivo "defender a Segurança Social para todos e, em particular, garantir os direitos dos milhares e milhares de trabalhadores a recibos verdes que dela estão a ser afastados".**

No site da inicitiva (www.antesdadividatemosdireitos.org) é possível aceder à petição online. Além da recolha através da internet, estes movimentos prometem juntar muitas assinaturas na rua.

A petição foi lançada em Lisboa no passado dia 20 de Novembro e nos primeiros dias já reuniu milhares de assinaturas.

TIAGO GILLOT

**PARTICIPACÇÃO** - BOLETIM DO BLOCO DE ESQUERDA PARA O TRABALHO

Redacção: Mariana Aiveca, Deolinda Martin e José Casimiro | Design e paginação: Rita Gorgulho | Edição de imagem: Paulete Matos | Revisão de texto: Mariana Carneiro | Av. Almirante Reis, 131, 2º, 1150-015 Lisboa | R. da Torrinha, 151, 4050-611 Porto | email: participacao@netcabo.pt | Linha verde: 800204027 | Os artigos podem não reflectir as posições da redacção